



## EDITORIAL

DOI: 10.18310/2446-48132021v7n1.3559g650

# Dinâmicas do ensino-aprendizagem na saúde para reengendrar a democracia e combater as desigualdades

**Alcindo Antônio Ferla**

ORCID: 0000-0002-9408-1504

**Denise Bueno**

ORCID: 0000-0002-6037-8764

**Frederico Viana Machado**

ORCID: 0000-0002-8884-1124

**Maria das Graças Alves Pereira**

ORCID: 0000-0002-8777-3860

Chegamos ao sétimo volume da revista Saúde em Redes, consolidando um trabalho editorial tecido por muitas mãos e que se entrelaça cada vez mais na pluralidade de perspectivas e autoras/es que compõem o campo da saúde coletiva, com ênfase especial nos temas do trabalho e do ensino na saúde. A diversidade das submissões que têm sido enviadas para a Revista Saúde em Redes, evidencia a capilarização do periódico nas diversas regiões do Brasil e em alguns países estrangeiros. Ao longo dos últimos seis anos, trabalhamos para qualificar o trabalho editorial, as estratégias de comunicação da revista e o alcance das publicações.

Ainda temos muito trabalho pela frente, mas é gratificante constatar o amadurecimento da revista, sobretudo em um cenário de enormes desafios que os periódicos científicos brasileiros têm enfrentado, com a escassez de financiamento e a fragilidade das políticas editoriais que pouco reconhecem e legitimam o trabalho dos periódicos nacionais. É gratificante também identificar o reconhecimento do trabalho, com a expansão das submissões e a diversificação de pessoas que produzem os manuscritos da revista.

Os impasses no estabelecimento de políticas de avaliação e as formas atuais de ranqueamento da produção científica nacional aprofundam a hierarquização entre periódicos, sobretudo se considerarmos o cenário internacional, que apresenta novos desafios. Temos visto periódicos bastante consolidados e bem avaliados sendo descontinuados, atrasando ou, até mesmo interrompendo a publicação. Nesse cenário de incertezas, a Saúde em Redes segue apostando em um trabalho editorial que investe cada vez mais na excelência e qualidade das publicações, intensificando o debate entre autoras/es e pareceristas, sem contudo, deixar de abrir espaço para autoras/es iniciantes e sustentar um fluxo editorial sem cobrança de taxas, e de acesso aberto. Um trabalho implicado que acredita na democratização e difusão científica como elemento fundamental para o exercício da cidadania e a transformação das relações de poder e saber entre academia, serviços e população.

Em 2021, entramos no segundo ano da pandemia da COVID-19 em um período político marcado por profundos retrocessos democráticos e degradação política nas diversas áreas das políticas públicas e para o país como um todo.<sup>1</sup> No campo da saúde, além das políticas de austeridade fiscal seletiva que provocam o sucateamento das políticas públicas e aprofundam o subfinanciamento, a deslegitimação dos espaços de controle social e a ausência de diálogos entre o poder público e a sociedade organizada, vemos o lastro de um discurso negacionista e obscurantista que impõe novos desafios para gestores, trabalhadores e usuários do SUS. Destaca-se também o crescimento de despesas em áreas externas ao campo das políticas públicas, assim como uma redução drástica da transparência no uso de recursos e disponibilidade de indicadores no âmbito federal.

Neste contexto, firmar políticas editoriais que prezam pelo rigor científico, pelo debate público e acadêmico e pelo compromisso com a superação das desigualdades e opressões, mais que uma tarefa acadêmica, é um dever político com a defesa da democracia e dos princípios da cidadania. Ainda mais quando se tem diálogos com o ensino, com os cenários onde se desenvolve o ensino da saúde, com as dinâmicas da aprendizagem em ato, com os diferentes atores da formação profissional e com a gestão do trabalho na saúde. Reafirmar as alianças entre a ciência, as boas práticas de incorporação de tecnologias e a cidadania é imperativo, quando parece haver um crescimento de práticas autoritárias e experimentalistas com a vida do outro.

O ambiente da saúde é considerado um espaço para expansão e promoção de qualidade de vida, e pode ser visto como um processo social que envolve a participação de indivíduos e coletividades em complexas relações sociais e de poder. Deste modo, o espaço em saúde pode ser entendido como a divisão territorial onde está organizado um conjunto de ações e serviços coletivos de saúde. Estes espaços ganham voz e articulação na produção de publicações que nos contam a historicidade dos processos, as práticas vivenciadas, o modo peculiar de assistência. São estes diálogos de diferentes regiões do país que se tornam possíveis na organização das publicações da revista saúde em redes.

Mais do que nunca, pesquisadores, governos, e profissionais da saúde empenham-se no combate à COVID-19 em uma corrida contra o tempo. A pandemia preocupa, a desinformação mais, as falsas informações, conhecidas como “fake news”, apresentam-se em meio à crise dos serviços de saúde. Saídas “extraordinárias”, inclusive a *práxis* iatrogênica do uso de medicamentos sem fortes evidências que comprovem seus benefícios, geram riscos à saúde e consequências irreversíveis. O gigantesco volume de pessoas atendidas e sob responsabilidade sanitária dos profissionais e gestores de saúde amplificam o impacto negativo decorrente do uso irracional de medicamentos na prática clínica. A forma como o gestor utiliza estas informações sobrecarrega o sistema único de saúde na resolução de fatos que desconstroem o fazer em saúde. No enfrentamento desta realidade vivenciada no Brasil a publicação da revista saúde em redes se coloca junto com os relatos dos profissionais de saúde e de educação que tem construído os fazeres individualizados e coletivos que qualificam as linhas de cuidado. A revista Saúde em Redes tem sido um local para a fala dos atores que vivenciam as adversidades e potencialidades no momento atual do cuidado.

No último ano, a Saúde em Rede passou a contar com novos editores associados, o que possibilita mais celeridade na condução dos processos, além de editores mais afinados com determinadas áreas da saúde coletiva. Desde o ano passado, temos ampliado nosso corpo de pareceristas. Por meio de um formulário on-line, jovens doutores de todo Brasil e das mais variadas áreas da saúde, se inscreveram. Isto tem contribuído para a qualificação e celeridade das avaliações duplo-cego. O primeiro ano do Suplemento Temático COVID-19 inaugurou as publicações em fluxo contínuo e, em 2021, estreamos as publicações “*pré-print*”, com a dinamização de fluxos de publicação, mais ágeis do que o processamento de diagramação definitiva. A otimização dos fluxos foi uma escolha também contextual, para que as produções não percam atualidade e para que o conhecimento

produzido no cotidiano do trabalho e do ensino da saúde sejam rapidamente compartilhados, gerando diálogos e redes de pensamento.

Atualmente a revista conta com um fluxo intenso, com aproximadamente 150 artigos, relatos de experiência e resenhas em processo editorial. O crescimento no número de submissões tem permitido uma demarcação mais rigorosa no escopo editorial da revista, o que contribuirá para fortalecer as áreas de interesse e aprofundar os debates entre autores. Isto possibilitará avançarmos em temas como o ensino das profissões da saúde e a inovação das práticas pedagógicas no cotidiano da formação, a participação e o controle social em saúde, as alternativas tecnológicas inovadoras nos campos do ensino, extensão, e serviços de saúde, de forma cada vez mais articulada e interdisciplinar, envolvendo o trabalho conjunto de dirigentes, professores e estudantes, gestores e profissionais de saúde e movimentos sociais.

Este ano, além dos três números regulares do fluxo contínuo, a *Revista Saúde em Redes* publicará ao menos dois suplementos. O primeiro, já parcialmente publicado, sobre a COVID-19, que dá sequência à chamada “*O território CONVIDA a reexistir*” e segue em fluxo contínuo. O segundo, já em processo de editoração, reúne relatos de experiência sobre processos formativos, projetos de educação permanente em saúde e práticas de cuidado inovadoras.

A *Revista Saúde em Redes* compõe, com as séries editoriais de livros, também de acesso aberto na biblioteca virtual da Editora Rede Unida, uma das estratégias de fortalecimento do campo do trabalho e da educação na saúde da Associação Rede Unida, agora também estatutariamente internacional. O trabalho da editora, que não se restringe à publicação de livros e revistas, também apoia a produção de manuscritos e organização de publicações, além de funcionar como dispositivo de fomento de redes quentes, seja na produção da saúde e do ensino na saúde, seja na defesa das vidas e da democracia, no Brasil e em outros países. Junto com o volume de publicações, cresce também o número de pessoas que acessam o acervo virtual, que participam das atividades coletivas realizadas pela Editora, das quais queremos destacar o programa “*Contações sobre a Escrita*”, onde autores e autoras conversam, compartilham suas experiências e falam sobre o escrever como expressão de aprendizagem significativa, como ação de educação permanente e como ato político de resistência, tornando os fazeres nos cenários do trabalho socio-sanitário e de ensino, também criação, sistematização e compartilhamento.

Este número está composto por dezessete artigos originais e uma resenha. Temos autoras/es das cinco regiões do Brasil, vinculadas/os a diferentes serviços de saúde e pelo menos 20 universidades diferentes. Os métodos utilizados apresentam um equilíbrio entre metodologias qualitativas e quantitativas, com a presença de ferramentas variadas, tais como questionários, entrevistas, análises documentais e outras. Os temas abordados refletem a complexidade do campo da saúde coletiva, com resultados de pesquisa sobre a formação e o ensino em saúde, a educação permanente; enfocando sobretudo a atenção básica e considerando as desigualdades em saúde. São contribuições que explicitam a relevância da produção científica brasileira para a superação dos problemas enfrentados por gestores e profissionais de saúde no cotidiano Sistema Único de Saúde.

O primeiro artigo, “*Educação Permanente em Saúde na formação de Agentes Comunitários de Saúde no Norte de Minas Gerais*”, escrito por, Juliana Fonseca de Oliveira Mesquita, Amanda Nathale Soares, Thais Lacerda Silva, Adriana Alves de Andrade Melo Franco, Érica Menezes Reis e Tatiane Fernandes Maia, ancorado no referencial teórico-metodológico da Educação Permanente em Saúde (EPS), analisa as potencialidades de um Curso de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde elaborado em 2018, pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, e ofertado a municípios do Norte do estado. O artigo discute questões como a ressignificação do trabalho do

ACS, o fortalecimento da mediação entre conhecimentos no trabalho do ACS, a apropriação sobre as atribuições e o papel do ACS e as necessidade de envolvimento de outros atores nos processos de formação. O curso propiciou a reflexão sobre o cotidiano, ampliando a compreensão dos problemas e fomentando propostas de soluções mais contextualizadas e mais sensíveis às necessidades e demandas do contexto histórico e político-social.

“O ensino no espaço de orientação acadêmica dos estágios curriculares da Saúde” é o segundo artigo, com autoria de Denise Fabiane Polonio e Suzana Feldens Schwertner, e discute a dimensão do ensino no espaço de orientação acadêmica dos estágios curriculares dos cursos da Saúde. Os resultados indicam que a orientação acadêmica é um ambiente de acolhimento, permeado pela interação entre professor e estudante. Os professores entrevistados pela pesquisa relatam que se percebem responsáveis por construir e mediar estes momentos, porém, destacam que não só ensinam, nem apenas aprendem, mas sim ‘ensinam & aprendem’, respeitando a singularidade de cada estudante e construindo uma relação de confiança.

O terceiro artigo foi escrito por Lara Pandini Cattâneo, Marieli Mezari Vitali, Fabiane Ferraz e Jacks Soratto, com o título “Atuação dos acadêmicos dos cursos da saúde frente ao processo de morte e morrer nos cenários de prática assistencial”. Este trabalho identificou elementos importantes da atuação de estudantes universitários da saúde frente à processos de morte e morrer dos sujeitos aos quais prestavam assistência, que podem convergir para a atuação com responsabilidade e ética profissional, também com manifestações de tristeza, luto e não aceitação diante da perda. O trabalho aponta, dentre as dificuldades e potencialidades de universitários da saúde para lidar com a morte, o abalo emocional e o despreparo para notícia, a ausência de facilidades, mas também algumas habilidades teórico-práticas para atuar no processo de morte e morrer.

Em seguida, temos o trabalho de Mailson Fontes de Carvalho e Cristina Setenta Andrade, “A institucionalização do pagamento por desempenho na atenção básica em municípios do nordeste brasileiro”. O pagamento por desempenho destaca-se como uma das estratégias mais utilizadas em programas de melhoria de desempenho dos serviços de saúde e, nesta perspectiva, o artigo analisa a institucionalização do pagamento por desempenho na atenção básica e sua correlação com a implementação do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). A partir da análise documental, identifica o PMAQ como plano de fundo para a incorporação da estratégia de pagamentos por desempenho, vinculando-se mais fortemente ao seu aspecto financeiro em detrimento aos aspectos de melhoria da qualidade dos serviços.

“Prevalência de sobrecarga em cuidadores de idosos assistidos na Atenção Primária à Saúde”, escrito por Camila Gatto, Thaís Scalco, Ivana Loraine Lindemann e Lissandra Glusczak, avalia a sobrecarga dos cuidadores de idosos assistidos na atenção primária à saúde. O estudo demonstrou que a maior parte da população estudada apresentou níveis preocupantes de sobrecarga. A sobrecarga atinge 56,8% dos cuidadores em geral e 76,2% entre aquelas/es que não exerciam nenhuma atividade de lazer.

O sexto artigo, intitulado “Perfil de Atitudes acerca da Morte e Nível de Resiliência em Técnicos de Enfermagem em Terapia Intensiva”, escrito por Silvia Ferraboli, Alexander de Quadros e Morgana Thaís Carollo Fernandes, identifica os níveis de Resiliência e o Perfil de Atitudes Acerca da Morte (EAPAM) apresentados por técnicos de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva (UTI). O estudo identifica que 74% dos técnicos de enfermagem mostram-se resilientes e a Atitude Acerca da Morte mais frequente foi a Aceitação Neutral (87%). Evidenciou-se relação significativa entre a presença de resiliência e atitude de Aceitação Neutral. Os dados obtidos permitem vislumbrar fragilidades e potencialidades a serem trabalhadas com a equipe visando seu bem-estar.

“O uso do(s) conceito(s) de “estigma” no campo da Saúde Coletiva”, de Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo, faz um levantamento de artigos científicos sobre o conceito de Estigma, publicados na revista *Ciência e Saúde Coletiva*, no período de 2007 até 2016, e analisa sua utilização tomando por base o conceito cunhado por Erving Goffman<sup>2</sup>. Foram analisados dezoito trabalhos que traziam esse conceito como categoria integrante e apresentaram-no associado à discriminação, preconceito, exclusão, isolamento, como uma marca que a pessoa carrega, ou um obstáculo para a vida daqueles que sofrem com o mesmo, ou ainda, como uma caracterização negativa, resultante de um processo sócio-histórico, o qual impede que as pessoas tenham seus direitos garantidos. Alguns textos trabalharam a identidade real e a identidade virtual das pessoas estigmatizadas, a constituição do indivíduo inabilitado para aceitação social e o uso do conceito de Estigma associado à qualidade de vida. Os materiais analisados nos ajudaram a refletir como o Estigma se constitui, a quem são atribuídas características inferiores e os efeitos dessas atribuições.

No artigo, “Representação Espacial das Doenças Negligenciadas no Estado do Tocantins” a partir do instrumento do georreferenciamento trabalhou o comportamento dos agravos da hanseníase, leishmaniose tegumentar americana, leishmaniose visceral e tuberculose. Agravos de saúde que muitas vezes são esquecidos pelos gestores de saúde nos mais diversos locais do país. O caso problematizado do Estado do Tocantins pode ser um excelente argumento para se observar como diferentes municípios do país têm ou não utilizado a análise espacial dos dados de saúde como forma de atuar em desafios encontrados no cotidiano do fazer em saúde.

O novo artigo “Mortalidade por suicídio em adolescentes, adultos e idosos, nas regiões do Brasil, entre 1996 e 2016”, de Susana Cararo Confortin, Selma Regina de Andrade, Alexandra Ferreira, Márcia Danieli Schmitt, Vandrize Meneghini e Aline Rodrigues Barbosa, analisa a tendência da taxa de mortalidade por suicídio em adolescentes, adultos e idosos. Entre 1996 e 2016 ocorreram 195.440 óbitos por suicídio no Brasil, tendo sido detectado um aumento significativo na taxa de mortalidade por suicídio na região Nordeste em adolescentes e adultos do sexo feminino. As taxas aumentaram no Nordeste e reduziram significativamente no Sudeste e Sul para as idosas. O sexo masculino apresentou aumento da taxa de mortalidade por suicídio nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para os adolescentes; aumento nas regiões Norte e Nordeste e, redução significativa da taxa na região Sul para os adultos. Para os idosos, houve aumento na região Norte e redução significativa da taxa na região Sul.

“Alterações físicas autopercebidas nos trabalhadores migrantes informais venezuelanos em Boa Vista-RR”, escrito por Tárzia Almeida Barreto, Leidiane Natilli Bento Silva e Paulo Sérgio Silva é o décimo artigo deste número. Este trabalho discute a situação laboral de migrantes venezuelanos, considerando as mudanças físicas globais ocasionadas pelo processo de trabalho informal. Entre as alterações físicas autopercebidas, 33% relataram apresentar eritema ocular, 4% estão com a audição diminuída, 33% dos participantes alegaram ter sofrido queimadura solar, e 43% mencionaram sentir dores em mais de uma das regiões corporais. A pesquisa aponta para a precária condição social, econômica e laboral da população venezuelana na cidade de Boa Vista-RR, com riscos ao agravamento da condição de saúde autodeclarada.

Em “Condições de saúde dos recém-nascidos brasileiros filhos de migrantes venezuelanas em condições de abrigo na cidade de Boa Vista-RR”, Jhully Sales Pena de Sousa, Ana Beatriz Oliveira Costa e Tárzia Millene de Almeida Costa Barreto buscam compreender as condições de saúde dos recém-nascidos que vivem nos abrigos para migrantes venezuelanos em Boa Vista – RR, bem como todo o contexto de nascimento e assistência de saúde a essas crianças. Este estudo mostrou que uma diversidade de fatores acarreta fragilidades na saúde, como cuidados com a criança, vacinação do RN, triagem neonatal, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento.

É evidenciada a necessidade de interação entre as equipes de saúde dos abrigos e da atenção básica para sensibilização das mulheres quanto à importância do acompanhamento de saúde da criança.

Em “Percepções de cuidadores sobre a vinculação de crianças com microcefalia na Atenção Básica de Saúde”, Luana Jordana Morais, Janaíne Maria Oliveira, Hosana Mirelle Goes Silva Costa e Fátima Raquel Rosado Morais abordam a compreensão das percepções de cuidadores acerca da vinculação de crianças com Síndrome Congênita do vírus Zika na Atenção Básica. Trata-se de um estudo de caso sobre como os cuidadores exercem um papel de extrema relevância no fazer em saúde, e que o trabalho conjunto com estes atores sociais potencializa as linhas de cuidado. É explicitado que há pouca vinculação com a UBS por parte de algumas crianças, e que os desafios no serviço público persistem, fazendo com que muitos optem por um plano de saúde. Também são abordadas as dificuldades financeiras encontradas no dia a dia para custear inúmeras consultas com especialistas e a importância de sensibilizar profissionais e gestores acerca das dificuldades encontradas, a fim de proverem melhorias na vinculação dessas crianças com a Unidade Básica de Saúde.

O décimo terceiro artigo, “Força muscular, distância percorrida e capacidade pulmonar na Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica”, escrito por David Mendonça, Anthony Medeiros Lima, Marcelo Santos Araujo, Paulo Márcio Pereira e Carlos José Matos, avalia a força do músculo quadríceps e sua relação com a capacidade pulmonar em pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), assim como a capacidade funcional destes pacientes e sua repercussão sobre a funcionalidade desses indivíduos. Avaliar neste momento de pandemia as fragilidades e potencialidades de pacientes com essa situação de saúde pode contribuir com o manejo do sistema de saúde no atendimento e triagem de pacientes com problemas respiratórios e contribuir neste momento de pandemia onde toda a linha de cuidado para a área respiratória parece estar direcionada à COVID-19.

A temática das práticas integrativas e complementares aparece no artigo “Efeito da Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea no tratamento da Dismenorreia Primária” como forma de abordar a dor, o que pode nos levar ao debate do medicalizar ou tratar a saúde dos indivíduos, a forma de abordagem que é debatida no artigo pode ser analisada para vários agravos de saúde. Este artigo foi escrito por Lauane Pereira Cardoso, Isabela Coelho Baptista, Amanda da Rocha Rodrigues, Carlos Henrique Chagas Bernardo, Vladimir Lopes de Souza, Priscila de Oliveira Januário, Juliana de Oliveira Souza e Ariela Torres Cruz e argumenta que a Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea reduziu a dor pélvica causada pela síndrome da dismenorreia primária das participantes da pesquisa, porém, sem diferença estatística entre os grupos.

Os artigos “O uso dos fármacos na doença renal crônica pelos pacientes em hemodiálise”, de Nathiele Carvalho Michel, Eda Schwartz, Bianca Pozza dos Santos e Fernanda Lise, e “O cotidiano da pessoa em terapia renal substitutiva antes do transplante renal”, de Bianca Pozza dos Santos, Fernanda Lise, Luiza Pereira Vargas Rodrigues, Nathiele Carvalho Michel, Paulo Roberto Boeira Fuculo Junior e Eda Schwartz, debatem o perfil socioeconômico e de uso de medicamentos de pacientes com doença renal crônica em hemodiálise e observam os itinerários destes indivíduos na busca de sua linha de cuidados e expressam os desafios de gestão, do fazer dos trabalhadores envolvidos, dos cuidadores e principalmente destes indivíduos que buscam a mais simples forma de manter sua qualidade de viver e sobreviver com cuidado contínuo. Estes trabalhos dialogam e descrevem o cotidiano da pessoa em terapia renal substitutiva antes do transplante renal. Cada indivíduo tem suas vivências e redes de apoio, e essas singularidades devem ser consideradas pelos profissionais de saúde.

O último artigo, “Tratamento e controle do Diabetes Mellitus tipo 2 em Unidades de Saúde da

Família de um município paulista”, escrito por Gabriel Jeronimo Gomes, Graziela Lopes Sartori, Aline Moura Sampaio, Laura Martins Valdevite Pereira, Julieta Mieko Ueta e Rinaldo Eduardo Machado de Oliveira, descreve o cotidiano da pessoa em terapia renal substitutiva (hemodiálise ou diálise peritoneal) antes do transplante renal. Por meio de um estudo qualitativo, os autores argumentam que cada indivíduo apresenta uma resposta ao tratamento dialítico, de acordo com suas vivências e redes de apoio, e essas singularidades devem ser consideradas pelos profissionais de saúde.

Fechando este número, temos a resenha “Revisitando o Higienismo: a Revolta da Vacina e o discurso sanitário”, na qual Leandro Gracioso de Almeida e Silva e Carlos Podalirio Borges de Almeida discorrem sobre o livro “A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes” de Nicolau Sevcenko, que teve uma nova edição publicada em 2018 pela Editora UNESP<sup>3</sup>. A obra é um clássico da historiografia brasileira e se propõe a analisar a primeira revolta urbana do período republicano. Muito além da questão sanitária, o movimento se propunha a rebelar-se contra uma série de iniciativas políticas, sociais, econômicas e de higiene impostas entre 1904 e 1905 na cidade do Rio de Janeiro, epicentro de uma nova percepção de como deveria ser a vida em sociedade.

Os trabalhos aqui apresentados nos convidam à reflexão, a repensar nossos fazeres em saúde e educação, reconhecer e conhecer cotidianos reais - próximos ou distantes. São aportes que contribuem para a construção de linhas de cuidado tecidas com afeto e com o entendimento do outro. E indicam que construir o Sistema de Saúde faz de nós seus atores no construir diário. Em sua diversidade e qualidade, essas produções dão mostras da capacidade científica e intelectual do cenário acadêmico e profissional brasileiro e nos convocam para uma prática implicada e transformadora.

Uma boa leitura a tod@s!

### Referências

1. AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. Retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
2. GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
3. SEVCENKO, N. A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

### Resumo

O presente artigo trata-se de um ensaio teórico que reflete sobre os impasses da produção científica nacional diante do contexto pandêmico e de crise. Como forma de resistir, a Revista Saúde em Redes continua apostando na democratização e difusão científica que leva ao exercício da cidadania, à transformação das relações de poder e saber entre academia, serviços de saúde e população e ao combate às desigualdades. Além disso, por transitar pelos diferentes ambientes de saúde, amplia as discussões sobre as dinâmicas atuais de ensino-aprendizagem e debate as adversidades vividas por diferentes atores no combate à pandemia de COVID-19.

**Palavras-chave:** Produção Científica; Democracia ; Desigualdades em Saúde.